

**Intervenção proferida pelo Deputado  
Alberto Pereira, no período legislativo de  
Março de 2008.**

**DIGNIFICAÇÃO DA POLITICA E QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA**

**Senhor Presidente da Assembleia**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente do Governo**

**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Por razões pessoais, de saúde e imperativos profissionais, solicitei a suspensão do meu mandato de deputado. Encontrando-nos praticamente em fim de legislatura, e sendo certo que não sou candidato às próximas eleições legislativas, esta é, possivelmente, a última vez que usarei da palavra, na qualidade de deputado, nesta Assembleia.

Porque quero dirigir-me ao Parlamento a título pessoal, intervenho no uso do direito que me é conferido pelo nº4 do artigo 76º, do Regimento. Faço-o gostosamente e em primeiro lugar para dar conta da honra e privilégio que constituíram para mim ser deputado regional.

Tive o privilégio de desenvolver uma actividade parlamentar intensa e a honra de participar nos processos parlamentares que, julgo, irão marcar esta legislatura. Na Direcção do GPPSD, nas muitas Comissões que integrei,

com responsabilidades variadas, e nos plenários desta Assembleia, procurei sempre estar ao nível do debate político elevado, civilizado e produtivo. Nem sempre terei sido bem sucedido quanto à produtividade, mas sei que me pautei sempre pelos princípios da cordialidade, lealdade e cortesia políticas, sem prejuízo dos registos mais arrebatados, próprios do debate de ideias de que é feita a actividade parlamentar. Não me faltaram também interlocutores de qualidade dentro e fora do meu Grupo Parlamentar e estou-lhes grato por esse privilégio. Só espero ter estado à altura das minhas responsabilidades e ter correspondido às expectativas.

Não é discurso de circunstância. Falo de uma experiência vivida e não por ouvir dizer. Não me revejo na pintura a preto e branco (com predominância do preto) que a sociedade, induzida por muita comunicação social e fazedores de opinião fazem dos parlamentares e dos políticos em geral. Quando tantos se afanam em dizer mal, porque sim ou em enfatizar a gafe, o momento picante, a frase assassina ou o episódio mais teatral, vendendo a parte pelo todo, eu quero testemunhar e prestar a justa homenagem à competência, à dedicação à causa pública, à visão e mesmo ao brilhantismo que também encontrei nesta Assembleia. Pode não ter transparecido para o exterior, mas não é por isso que deixa de existir. Mesmo

que muitos não queiram reconhecê-lo ou não possam compreendê-lo.

E, no entanto, não cultivo, uma imagem romântica ou cor-de-rosa da política. Assim, como faço a exaltação da nobreza da actividade política e o justo elogio à excelência de muitos dos nossos políticos, não deixo de reconhecer, com preocupação e angústia – e também por experiência vivida - que a pequena política, o carreirismo e a intriga marcam forte presença nos ambientes político-partidários, propiciando a afirmação crescente de políticos de plástico, da demagogia, da arrogância e do populismo. Com a prevalência destes, corre-se, na política, o risco real de um efeito equivalente ao da Lei de Gresham, na economia. A predominância da “má moeda” tende, de facto, a afastar a “boa moeda”, representada pelos políticos mais competentes e preparados. É um fenómeno já observável e só isso explica, aliás, a fraca estima e consideração que o cidadão comum dispensa actualmente à política e aos políticos.

**Senhor Presidente da Assembleia**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente do Governo**

**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Observa-se um dramático défice de participação cívica na política autonómica. Para evitar a falência ou a ruptura do sistema há que combater as causas da actual crise de confiança na política e nos políticos.

É necessário e urgente que os partidos políticos ousem mudar o paradigma da sua organização e funcionamento, afirmando-se pelo pensamento político e propostas estratégicas que oferecem à sociedade e não, numa lógica clubista, como simples emblemas de ideologias perdidas no tempo ou mesmo como portos de abrigo de interesses organizados.

É urgente conter a predominância da política do *sound byte*, porque se esgota em meras técnicas de comunicação demagógica e despreza a substância das coisas e a profundidade do debate político.

É necessário penalizar eficazmente a demagogia e o populismo na política, porque matam a democracia.

Uma democracia adulta e avançada deve valorizar e prestigiar quem se entrega à causa pública, oferecer admiração e respeito à inteligência, ao saber e à competência. Uma democracia adulta e avançada respeita e presta homenagem às instituições democráticas pela nobre e superior tarefa de cumprir a democracia.

Tudo isto é óbvio e supostamente consensual.

Todavia, não é o que se vê, nem o que se ouve, nem o que se lê.

Ao invés, assiste-se a uma preocupante tendência social para desvalorizar, ridicularizar e mesmo caluniar quem nos representa no quadro do poder democrático.

O quadro é lamentável. Um respeitável cidadão, anos a fio apreciado na sua comunidade, uma vez que assuma funções públicas de relevo, vê imediatamente levantada a dúvida sobre a generosidade das suas intenções e a suspeita das piores motivações. Se o mesmo cidadão for eleito deputado, membro do governo ou autarca, as coisas pioram. Passa a ser fatal como o destino que, mais cedo ou mais tarde, venha a ser acusado das mais vis intenções. Passa em dois tempos de herói a vilão e, não raro, torna-se vilão no próprio acto da sua investidura como herói.

Vive-se um ambiente de socialização da inveja. O saber, a inteligência e a cultura são vistos como excentricidades. Os políticos são enxovalhados na praça pública quais bodes expiatórios de todas as contradições e perversões sociais. Entretanto, jogadores de futebol emergentes, dirigentes desportivos polémicos ou vedetas de televisão são elevados a estrelas, e qualquer personagem extravagante atrai a atenção dos *media* e adorna revistas cor-de-rosa.

**Senhor Presidente da Assembleia**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhor Presidente do Governo**  
**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Com efeito, virou moda e modo de vida, dizer mal dos políticos por serem políticos, tendo-se fabricado, pela via da mais grosseira simplificação, generalizações injustas que degeneram em perigosos estigmas sociais.

Não está, obviamente, em causa o direito ou a liberdade de fazer essas apreciações, sendo elas próprias, como são, do exercício da democracia. Mas, importa compreender e assumir a responsabilidade pelas consequências. Na verdade, encerrando um paradoxo insuperável, esta corrente contra a política é suicidária da liberdade e democracia que autoriza essas mesmas apreciações. Com efeito, o militantismo contra a política não gera afinal políticos mais capazes, lúcidos ou empenhados. Ao contrário, promove e advoga o desinteresse e mesmo o desprezo. Ou seja, em nome da democracia e de uma não provada superioridade ética e moral, os detractores da política, ao promoverem a estigmatização das instituições democráticas e dos agentes políticos, estão afinal a minar os alicerces da própria democracia e a obstar à qualificação

da política e dos políticos. Afinal, o contrário de tudo o que afirmam defender.

É uma contradição insanável e tem efeito “boomerang”, pois vira-se contra a própria sociedade. No limite, conduziria ao absurdo de abolir a política e revogar o regime democrático.

A política não é um laboratório de sobredotados nem os políticos são modelos de virtude. Mas, para que os melhores possam emergir, é preciso condenar as generalizações, separar o trigo do joio.

De uma coisa podemos estar certos: não se qualifica a democracia sem dignificar a política. Não se dignifica a política sem responsabilizar os políticos. E não se responsabiliza efectivamente os políticos, sem os valorizar e respeitar.

Tenho a esperança – e esta é a última a morrer – que possa vingar a mensagem de João Paulo II “a democracia precisa de virtude se não quiser ir contra tudo o que pretende defender e estimular”.

**Senhor Presidente da Assembleia**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente do Governo**

**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Uma palavra final para o nosso parlamento.

A valorização do parlamento, coração da Autonomia e nobre palco onde se cumpre a democracia, deve ser a prioridade institucional e política. Reformar o funcionamento do parlamento, potenciando o debate político e promovendo a sua qualificação e visibilidade pública é pois um imperativo da nossa democracia e da nossa autonomia.

A actual Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento iniciou um importante processo de reflexão nesse sentido. Espero que não vingem os argumentos economicistas, por bem intencionados que sejam. Alto é o preço que paga a democracia pela quase irrelevância do parlamento aos olhos dos açorianos. Inverter esta tendência não é uma despesa. É um investimento irrecusável na qualidade da nossa democracia. É matéria a reclamar consensos e concertação estratégica. Faço votos para que tenha o sucesso que merece.

Mas no funcionamento normal do parlamento há hábitos e práticas a evitar e corrigir. Eventuais tentações de governamentalização da Assembleia, por muito sedutoras que sejam para o partido que em cada momento detenha maiorias absolutas, constituem um perigo real de



deslocalização do confronto político democrático, com a consequência da tendencial irrelevância do debate parlamentar.

Creio que é também preciso evitar uma certa tendência para a “municipalização” do debate parlamentar. É preciso, sim promover o debate político estratégico sobre o desenvolvimento dos Açores e incrementar, com qualidade e audácia, a produção legislativa regional por iniciativa do parlamento, tal como pré-anunciado na ousada e visionária proposta de revisão estatutária recentemente concluída.

Quero simbolicamente terminar esta intervenção, dirigindo-me ao Senhor Presidente da Assembleia, para dizer, inspirando-me nas palavras de um ilustre ex deputado à Assembleia da República, que apesar do que se tem dito e escrito sobre os Deputados, tive muita honra em ser Deputado à Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Espero ter cumprido a minha missão parlamentar, representando não só o círculo por onde fui eleito, mas sim toda a Região. Ofereci a minha capacidade política, por modesta que seja, pela democracia, pela autonomia e pelo desenvolvimento e progresso dos Açores e dos açorianos.

Sinto que realizei o possível. Ambicionava mais, sim.

Porque quero sempre mais para o nosso futuro colectivo.

Não obstante a inquietude e o descontentamento com o panorama social e político, mantenho a esperança em que a indiferença e a abstenção cedam o lugar à participação e ao empenhamento cívico. Pela democracia e pelos Açores.

Cumprimento respeitosa e cordialmente, em jeito de despedida, o Senhor Presidente da Assembleia, as colegas e os colegas Deputados e cada um dos Senhores Membros do Governo.

Disse!